



1

NICOS POULANTZAS

AS CLASSES SOCIAIS

Processo de
Div. = 1947-78
Produção &
Relações de
Produção

O que são as classes sociais na teoria marxista? As classes sociais são grupos de agentes sociais, homens, definidos *principalmente*, mas não exclusivamente, por sua posição no *processo de produção*, ou seja, na *esfera econômica*.

Dois pontos principais devem ser esclarecidos neste momento, já que deles derivam numerosas conseqüências práticas:

1) A posição econômica dos agentes sociais desempenha um *papel principal* na determinação das classes sociais. Mas não se deve deduzir daí que essa posição seja totalmente suficiente para a determinação das classes sociais. Com efeito, para o marxismo, o econômico desempenha efetivamente o papel determinante numa sociedade dividida em classes; mas o político e o ideológico, em suma, a superestrutura, desempenham igualmente um papel importante. Com efeito, sempre que Marx, Engels e Lenin procedem a uma análise concreta das classes numa formação social, não se limitam exclusivamente ao critério econômico. Referem-se explicitamente à *posição de classe*, ou seja, a critérios políticos e ideológicos. Pode dizer-se assim que uma classe social define-se por sua posição no conjunto das práticas sociais, ou seja, por sua posição no conjunto da *divisão social do trabalho*.

2) O critério econômico continua sendo, sem embargo, determinante. Mas, o que se entende, na concepção marxista, por critério econômico? Que é o econômico que define a situação de classe?

1) A esfera "econômica" está determinada pelo *processo de produção*, e a posição dos agentes, sua distribuição em classes sociais, pelas *relações de produção*.

Em suma, na unidade produção-consumo-repartição do produto social, é a produção que desempenha o papel determinante. A distribuição, neste nível, das classes sociais, não é por exemplo uma distinção fundada sobre o montante dos lucros, uma distinção entre ricos e pobres, como acreditava toda uma tradição pré-marxista e continua acreditando uma série de sociólogos. A distinção real no montante dos lucros não é mais do que uma conseqüência das *relações de produção*.

Bem, mas o que é esse processo de produção e as relações de produção que o constituem?

CLASSES
SOCIAIS
E
RELAÇÕES
DE
PRODUÇÃO



O processo de produção está constituído por uma dupla relação que engloba as relações dos homens com a natureza na produção material. Estas duas relações são relações dos *agentes da produção*, dos homens, com o *objeto e os meios* de trabalho, as forças produtivas, e, assim, por este ciclo, relações dos homens entre eles, relações de classes.

Quais são estas relações numa sociedade dividida em classes?

a) A relação de *propriedade econômica* dos não trabalhadores (proprietários) com os meios de produção. Estes têm o controle real dos meios de produção, e, assim, exploram os produtores diretos — os trabalhadores — arrancando-lhes, sob diversas formas, o sobre-trabalho.

b) A relação de *apropriação real*, ou seja, a relação dos produtores diretos — trabalhadores — com o objeto e os meios de trabalho.

2) Quanto à primeira relação, devemos notar que ela designa a propriedade econômica real, o controle real dos meios de produção, e se distingue da *propriedade jurídica*, tal como está consagrada pelo direito, que é uma superestrutura. Naturalmente, o direito confirma em geral a propriedade econômica; mas pode ocorrer que as formas de propriedade jurídica não coincidam com a propriedade econômica real. Em tal caso, é esta última que continua sendo determinante para a definição de classes sociais.

Alguns exemplos:

a) Na divisão das classes sociais no campo, fixemos no caso dos *grandes arrendatários*. Estes, segundo Lenin, pertencem ao campesinato rico, não tendo a propriedade jurídica formal da terra, que pertence ao *capitalista proprietário*. Se bem que esses grandes arrendatários pertençam ao campesinato rico, isto não quer dizer que eles tenham ganhos elevados, mas sim que eles têm o controle real da terra e dos meios de trabalho, ou seja, que são seus proprietários econômicos efetivos.

Este é apenas um exemplo: não entraremos, com efeito, dentro dos limites deste texto, na questão da divisão do "campesinato", que não é uma classe única, em classes. Assinalemos, entretanto, que a divisão dos campos em grandes proprietários arrendatários, camponeses ricos, campo-

neses médios e camponeses pobres, englobando, em cada classe, grupos procedentes de formas de propriedade e de exploração distintas, não pode fazer-se senão distinguindo-se rigorosamente a propriedade jurídica formal da propriedade econômica real.

b) O segundo exemplo, muito discutido mas que não é possível omitir-se, concerne à URSS e aos países "socialistas". A propriedade jurídica formal dos meios de produção pertence ao Estado, considerado como o Estado do "povo". Mas o controle real, a propriedade econômica não pertence certamente aos próprios trabalhadores, face ao enfraquecimento dos soviets e dos conselhos operários, mas sim aos "diretores de empresa" e aos membros do aparato. É possível, assim, perguntar-se legitimamente se sob a forma de propriedade jurídica coletiva não se oculta uma nova forma de propriedade econômica privada, e se, deste modo, não se deveria falar de uma nova burguesia na URSS. Com efeito, abolição da "propriedade privada" como base de classe não pode significar simplesmente abolição da "propriedade jurídica privada", mas sim abolição da propriedade econômica real: ou seja, controle pelos próprios trabalhadores dos meios de produção.

Estas considerações, ademais, se revestem de importância quanto à questão da marcha para o socialismo. Se se tem bem em conta a distinção teórica e real, capital entre propriedade econômica e propriedade jurídica formal, vê-se que a simples "nacionalização" das empresas não é a solução-panacéia que se acreditou durante muito tempo; e isto não só porque as "nacionalizações" revertem ao poder do Estado, com o que, sendo este burguês, as "nacionalizações" se ligam aos interesses da burguesia. É por isso que, inclusive no caso de uma mudança do poder de Estado, as nacionalizações ou a socialização da economia modificam apenas a *forma de propriedade jurídica*: só a "auto-gestão" operária pode modificar, fundamentalmente, a propriedade econômica e conduzir, assim, a uma abolição das classes.

3) Voltemos à segunda relação, a dos produtores diretos — trabalhadores — com os meios e com o objeto do trabalho, relação que define a *classe explorada*.

Esta relação pode adotar formas diversas, segundo os diversos *modos de produção*.

Nos modos de produção "pré-capitalistas", os produtores diretos — os trabalhadores — não estavam inteiramente "separados" do objeto e dos meios de trabalho. Tomemos o caso do modo de produção feudal: ainda que o senhor detivesse de uma só vez a propriedade jurídica e a propriedade econômica da terra, o servo tinha a posse de sua gleba, protegido pelos costumes, e dessa posse o senhor não podia privá-lo pura e simplesmente. Neste caso, a exploração se fazia pela *extração direta do sobre-trabalho*, em forma de serviço pessoal ou de tributo em espécie.

Em contraposição, no modo de produção capitalista, os produtores diretos — a classe operária — se encontram totalmente sem posse de seus meios de trabalho. É a aparição do que Marx designa como "trabalhador nu (despojado)". O operário não possui mais que sua força de trabalho, a qual vende. O próprio trabalho se converte numa mercadoria, o que determina a generalização da forma mercantil. A extração do *sobre-trabalho* se faz, pois, não diretamente, mas sim pela via indireta do trabalho incorporado na mercadoria, ou seja, pela apropriação da *mais-valia*.

Daí derivam conseqüências importantes:

1. Vemos bem que o *processo de produção* não está definido por dados "tecnológicos", mas sim por relações dos homens com os meios de trabalho; portanto, pela *unidade* do processo de trabalho e das relações de produção. Não se pode falar, nas sociedades divididas em classes, de trabalho "produtivo" neutro e em si. É "trabalho produtivo", em cada modo de produção dividido em classes, o trabalho que corresponde às relações de produção desse modo, ou seja, aquele que dá lugar a uma forma específica de exploração. Produção, nessas sociedades, significa ao mesmo tempo e num mesmo movimento, divisão em classes, exploração e luta de classes.

Assim, no modo de produção capitalista, é "*trabalho produtivo*" aquele que produz *mercadorias*, portanto a *mais-valia*. É precisamente o que define "economicamente", neste modo, a *classe operária*; o trabalho produtivo leva diretamente à divisão de classes nas relações de produção.

Isto permite resolver certos problemas, mas coloca outros:

a) Não é o salário que define a classe operária; porque o salário é uma forma jurídica de repartição do produto pelo "contrato" de compra e venda da força de trabalho. Se bem que todo operário seja um assalariado, nem todo assalariado é um operário; porque nem todo assalariado é forçosamente trabalhador produtivo, ou seja, que produz a *mais-valia/mercadorias*. Aqui Marx nos dá algumas análises explícitas: por exemplo, os trabalhadores dos transportes são considerados trabalhadores produtivos, pertencentes à classe operária, porque uma "mercadoria" não existe senão a partir do momento em que está presente no mercado, e o que conta para a definição do trabalho produtivo é a *mercadoria/mais-valia*.

Em contraposição, Marx exclui dos trabalhadores produtivos os assalariados do comércio, dos bancos, das agências de publicidade, dos diversos serviços, etc. Isto se deve: a) — a que alguns deles pertencem à esfera da circulação; b) — a que outros não produzem a *mais-valia*, mas apenas contribuem para a realização da *mais-valia*.

4) Mas o problema é bastante mais complicado, no que concerne aos "técnicos" e aos "empregados assalariados" de escritórios no seio e em torno da produção material das empresas: entre outros, aqueles aos quais se designa, com freqüência, equivocadamente, como "portadores da ciência".

É inútil buscar, para estes casos, uma resposta coerente em Marx. Marx dá, com efeito, encerrando-se aqui no plano econômico, duas respostas *absolutamente contraditórias*:

a) Nos *Fundamentos de la Crítica de la Economía Política*, refere-se à noção de *trabalhador coletivo*. Dada, diz Marx, a socialização progressiva das forças produtivas e do processo de trabalho, de um lado, e a interpenetração crescente dos trabalhos que concorrem para a produção de mercadorias, de outro, a ciência tenderia a fazer parte das forças produtivas, e os "técnicos" deveriam, pela via indireta do trabalhador coletivo, ser considerados como fazendo parte da classe operária; com a ressalva, eventualmente, de considerá-los como uma "aristocracia operária", aristocracia operária que, segundo Lenin, é uma camada da própria classe operária.

b) Em *El Capital*, Marx julga claramente que esta categoria de agentes não faz parte da classe operária. A

ciência, diz ele, não é uma força produtiva direta: tão somente suas aplicações entram no processo de produção. Estas aplicações, ademais, não contribuem senão para o aumento e a realização da mais-valia, e não para a sua produção direta. Os agentes técnicos não fazem parte da classe operária.

Que quer dizer isto? Temos que começar pondo de lado certos critérios “econômico”-“técnicos” que, de qualquer modo, não podem oferecer resposta:

a) A pretensa distinção entre “trabalho manual” e “trabalho intelectual”. Esta distinção, com efeito, e Gramsci notou-o bem, não vale como tal. A não ser que se perca em argúcias fisiológico-biológicas duvidosas, está claro que todo trabalho manual comporta componentes “intelectuais” e vice-versa. Não se pode definir de modo algum, de maneira rigorosa, um “trabalho manual” que fosse o único trabalho produtor de mais-valia. Em contraposição, a distinção “trabalho manual” “trabalho intelectual” é uma categoria surgida da vivência operária, que leva a distinções reais, mas que não são distinções físico-biológicas: leva a *distinções políticas e ideológicas* no seio das empresas.

b) Uma pretensa distinção, novamente encontrada no recente *Tratado de Economia Marxista: el Capitalismo Monopolista de Estado*, do PC, entre *trabalhador coletivo* e *trabalhador produtivo*. Este trabalho se funda, com efeito, neste aspecto, quase exclusivamente em critérios técnico-econômicos.

A questão é importante e merece que nos detenhamos nela:

O Tratado (T. I., p. 211 ss.) tenta definir uma *noção econômica* do “trabalhador coletivo” = os que concorrem “tecnicamente” para a produção da mais-valia, distinguindo-a da noção mais estrita de “trabalhador produtivo” = os que produzem diretamente a “mais-valia”, a classe operária. Descobre-se, assim, toda uma série de categorias espúrias de indivíduos que, embora não sendo considerados como operários, são estimados como parte do “trabalhador coletivo”, numa palavra, como *quase-operários*.

Trata-se de uma deformação economista, a que se une um objetivo político preciso:

Deformação economista: Com efeito, sempre que Marx

emprega a noção de “trabalhador coletivo” é para identificá-lo com uma extensão da própria *classe operária*, do trabalhador produtivo. Não existe de modo algum, em Marx, distinção entre trabalhador coletivo e trabalhador produtivo: o termo *trabalhador coletivo* serve para designar, em Marx, as transformações da *própria classe operária*. Por outro lado, é certo que Marx define, em *O Capital*, o trabalhador coletivo segundo critérios unicamente econômicos. É, ademais, o motivo pelo qual esse termo é nele sempre impreciso e ambíguo.

De fato, deve-se adiantar a proposição seguinte: O trabalhador coletivo não é outra coisa senão a classe operária, com a diferença de que este termo introduz precisamente critérios ideológicos e políticos na delimitação daquela, e esta é sua significação fundamental. Voltaremos a tratar disto. Em contraposição, distinguir entre trabalhador coletivo e classe operária, fazendo surgir camadas de agentes “quase-operários”, é aproximar-se, a ponto de confundir-se com ele, do mito da classe salarial, ou seja, da concepção que identifica *assalariado* e *classe operária*.

É possível, pois, perguntar-se se a política da hierarquia dos salários e a política da CGT em relação ao pessoal diretivo não alimentam estas análises concernentes ao trabalhador coletivo. 5. — Esta questão nos permite, ademais, avançar sobre um problema importante. Dissemos que o processo de produção está composto pela *unidade* do processo de trabalho e das relações de produção. Podemos agora aventurar uma proposição suplementar: no seio dessa unidade, não é o processo de trabalho — incluindo a “tecnologia” e o “processo técnico”, que desempenha o papel dominante: são as relações de produção que detêm a primazia sobre o processo de trabalho e as “forças produtivas”.

Isto é importante na questão das classes sociais. Sua delimitação depende das relações de produção, que levam diretamente à divisão social do trabalho e à superestrutura político-ideológica, e não das coordenadas de um “processo-técnico” qualquer em si: a divisão do trabalho está dominada pela divisão social.

Assim, no caso mencionado do trabalho produtivo, que não é o trabalho dos participantes da “produção” no sentido técnico, mas dos produtores de mais-valia, tais trabalhadores são explorados como classe, de maneira determinada,

ocupando eles um lugar determinado na divisão social do trabalho.

O caso é análogo quanto aos técnicos, para os quais o critério de sua participação no "processo técnico" do trabalho não é determinante. Este caso se apresenta, ademais, igualmente para o grupo dos "vigilantes" do processo do trabalho: é coisa clara, por exemplo, que a questão de pertencerem ou não pertencerem agentes tais como "contramestres", etc... à classe operária não pode ser resolvida pela referência a seu "papel técnico" ou à divisão técnica do trabalho, mas sim em função de critérios político-ideológicos.

Antes de passar aos critérios políticos e ideológicos necessários para a delimitação das classes sociais, convém considerar as classes de um modo de produção e de uma formação social — de uma "sociedade" — concreta.

1. Com efeito, ao falar de um modo de produção, ou também de uma forma de produção, situamo-nos em um nível geral e abstrato: por exemplo, os modos de produção escravista, feudal, capitalista, etc. "Isolamos", de certo modo, na realidade social, estes modos e formas de produção para examiná-los teoricamente. Mas, assim como demonstrou Lenin no *Desarrollo del Capitalismo en Rusia*, uma sociedade concreta em um determinado momento — uma formação social —, está composta de vários modos e formas de produção que coexistem nela de maneira combinada. Por exemplo, as sociedades capitalistas do princípio do século XX estavam compostas por elementos do modo de produção feudal, pela forma de produção mercantil simples e a manufatura — forma de transição do feudalismo para o capitalismo —, pelo modo de produção capitalista em suas duas formas, de concorrência e monopolista. Mas essas sociedades eram sem dúvida sociedades capitalistas: ou seja, o modo de produção capitalista *dominava* os outros modos e formas de produção que coexistiam nessas sociedades. Em toda formação social há sempre um modo de produção *dominante*, que atribui a essas sociedades seu caráter (capitalista, feudal, etc.), com a única exceção das "sociedades de transição", caracterizadas precisamente por um equilíbrio dos diversos modos de produção.

Voltemos às classes sociais. Se nos fixamos nos modos de produção unicamente, examinados de maneira "pura" e

MODO
DE
PRODUÇÃO
E
FORMAÇÃO
SOCIAL

feudalismo
(uma forma de produção)

modo de produção
capitalista
modo de produção
feudal
modo de produção
mercantil simples
modo de produção
capitalista em suas duas formas
de concorrência e monopolista

abstrata, cada modo de produção comporta duas classes: a classe exploradora, política e ideologicamente dominante, e a classe explorada, política e ideologicamente dominada: amos e escravos (modo de produção escravista), senhores e servos (modo de produção feudal), burgueses e operários (modo de produção capitalista).

Mas uma sociedade concreta, uma formação social, *comporta mais de duas classes*, na medida mesmo em que está composta de vários momentos e formas de produção. Com efeito, não existe formação social que não comporte mais do que duas classes; o que é exato, é que as duas classes *fundamentais* de toda formação social são as do modo de produção dominante nessa formação.

Assim, por exemplo, na França atual, as duas classes fundamentais são a burguesia e o proletariado. Mas se encontra igualmente a pequena burguesia tradicional — artesãos, pequenos comerciantes —, que depende da forma de produção mercantil simples, a pequena burguesia "nova" dos assalariados não produtivos, que depende da forma monopolista do capitalismo, e várias classes sociais no campo, no qual se encontram ainda vestígios transformados do feudalismo. Por exemplo, as formas de parceria.

2. Estas considerações são muito importantes no que diz respeito à questão das *alianças* da classe operária com as outras classes populares. Com efeito, a pequena burguesia, as classes populares do campo — operários agrícolas, camponeses pobres, camponeses médios — são *classes diferentes* da classe operária. Agora bem, é certo que, na medida em que as duas classes fundamentais são a burguesia e a classe operária, as outras classes populares *tendem a polarizar-se* em torno da classe operária. Mas esta tendência à polarização não significa sua dissolução enquanto classes numa massa indistinta: trata-se sempre de *classes* com interesses específicos.

E nisto consiste o problema das alianças. Por um lado, a classe operária deve, em suas alianças, assumir os *interesses específicos das classes* que constituem, com ela, o "povo" ou as "massas populares": pensamos precisamente na aliança operários-camponeses preconizada por Lenin. Por outro lado, não se deve esquecer que, como para toda aliança, existem contradições entre os interesses específicos da

classe operária, enquanto classe, e os das outras classes populares. Reconhecer estes fatos, é também procurar os meios de uma justa solução das contradições "no seio do povo".

Porque existem, com efeito, duas outras interpretações, igualmente errôneas, do fenômeno:

a) Segundo a primeira, preconizada por numerosos sociólogos, as transformações atuais teriam dado lugar ao nascimento de uma vasta "classe intermediária", que engloba todos os grupos sociais que não são nem a burguesia nem o proletariado. Esta "classe-terceira-força" seria — por sua importância numérica — o verdadeiro pilar das sociedades modernas. Entretanto, comprovou-se que não são nada mais que *várias classes*; nada nos autoriza a falar atualmente, a tal propósito, de uma *fusão* dessas diferentes classes intermediárias numa única classe.

b) A segunda interpretação errônea se acha atualmente exposta no recente "*Manual de Economia Marxista*" (T. I, p. 204 ss.), do P. C., já mencionado. Segundo ela, estaríamos assistindo atualmente, sob o "capitalismo monopolista de Estado", a um fenômeno de polarização que daria lugar a uma efetiva dissolução das outras classes da sociedade distintas da burguesia e do proletariado: as outras classes sociais, as do campesinato, as diversas frações da pequena burguesia, etc., não existiriam já, segundo esta interpretação, enquanto classes, mas sim simplesmente enquanto "*camadas intermediárias*". O fato merece ser frisado, já que jamais se havia formulado explicitamente até agora, de maneira autorizada, tamanha enormidade. Esta interpretação deve, ademais, relacionar-se com a interpretação atribuída ao "trabalho coletivo": haveria de um lado a classe operária (trabalhador produtivo), do outro lado "quase-operários" (trabalhador coletivo) com interesses quase-identicos aos da classe operária, além de "*camadas intermediárias*", que não teriam interesses próprios de classe, e que apenas se reagrupariam automaticamente em torno da classe operária.

É evidente que esta interpretação abre caminho a uma *aliança sem princípios*, que pode ter conseqüências perigosas. Começa por negar as diferenças entre os membros da aliança popular, dá lugar mais tarde, quando as contradições que não se tratou de resolver se fazem evidentes (pro-

letariado-campesinato na URSS sob Stalin), a reprimir essas contradições pela força policial, proclamando pura e simplesmente que o interesse verdadeiro dos outros membros da aliança se identifica automaticamente, em todo momento, com o da classe operária.

OS CRITÉRIOS POLÍTICOS E IDEOLÓGICOS — CLASSES, FRAÇÕES E CAMADAS

A segunda parte da questão consiste em desenvolver o ponto evocado mais acima: os critérios puramente econômicos não bastam para determinar e localizar as classes sociais numa formação social concreta. A referência dos critérios políticos e ideológicos é absolutamente indispensável.

1. Começemos com os problemas relativos à classe operária:

a) Por este caminho é que se deve buscar a solução do problema assinalado mais acima: o dos "técnicos" e assalariados organicamente vinculados à empresa. Com efeito, se bem que os critérios econômicos sejam suficientes para excluir da classe operária os assalariados do comércio, dos bancos, etc., não oferecem, em contraposição, resposta alguma quanto ao grupo social em questão. O fato desse grupo social — cujo desenvolvimento no seio das empresas se acha vinculado à produção moderna — pertencer ou não pertencer à classe operária depende dos critérios políticos e ideológicos, especialmente: qual é sua consciência de classe e qual é sua posição política concreta no seio da empresa? Com efeito, do ponto de vista da divisão social do trabalho, esse grupo tem, em geral, uma posição ambígua, porque duplicada: contribuindo cada vez mais para a produção da mais-valia, esse grupo está, ao mesmo tempo, revestido de uma "autoridade" especial na vigilância do processo do trabalho. A questão decisiva que se suscita assim, quanto à sua adscrição de classe, é saber se é essa "autoridade" na organização capitalista "despótica" do trabalho que tem a primazia em sua prática política efetiva, ou antes sua solidariedade com a classe operária.

b) Esta referência aos critérios políticos e ideológicos é igualmente indispensável no que diz respeito à diferenciação da própria classe operária *em camadas* diversas.

1) Tratou-se a miúdo de reduzir as diferenças no seio da classe operária a diferenças "técnico-econômicas" na

organização do trabalho, ou inclusive ao montante dos salários, reduzindo a este fator as diferenças ideológico-políticas no seio da classe operária: trata-se de diferenças diretamente redutíveis à classificação: capatazes, operários especializados, operários qualificados, etc... E isto, para desembocar em generalizações que vão frequentemente num sentido inverso: seja para afirmar apenas que os simples capatazes, operários especializados, etc. têm uma consciência de classe e um potencial revolucionário mais elevado que o resto da classe operária, seja para afirmar apenas a mesma coisa com relação aos operários qualificados.

Agora bem, informações atuais, a experiência histórica e as análises sociológicas demonstram que estas generalizações fundadas sobre critérios puramente "técnico-econômicos" são arbitrárias. As diferenciações na classe operária *não determinam* pura e simplesmente a posição na organização do trabalho. Dependem de critérios políticos e ideológicos, das formas de luta, das formas de organização de combate, da tradição: critérios que possuem uma *autonomia própria*. Para não tomar mais que o exemplo do *anarco-sindicalismo* na França: Como explicar, por simples critérios "técnico-econômicos" uma forma ideológica que se implantou por excelência ao mesmo tempo nos capatazes das grandes empresas e nos operários qualificados das pequenas manufaturas?

2) Segundo exemplo, o da famosa "*aristocracia-operária*". Trata-se aqui, segundo Lenin, *de uma camada da classe operária*, base da *social-democracia*. Agora bem, existe uma versão "econômista" da concepção da aristocracia operária: a preconizada especialmente pela III Internacional. Segundo ela, é a camada de operários *mais qualificados e mais bem pagos* nos países imperialistas, com as migalhas de sobreprojeitos, obtidos das colônias, que as burguesias imperialistas lhes distribuem. Estes operários constituiriam a base do reformismo e da social-democracia.

A primeira dificuldade consiste, naturalmente, no fato de que, por causa da interpenetração e fusão dos capitais no estágio imperialista, não é possível distinguir rigorosamente as partes da classe operária que deveriam ser pagas com os sobreprojeitos imperialistas e as que deveriam ser

pagas pelo capital autóctone. Mas, de qualquer forma, estudos históricos e sociológicos rigorosos relativos à base de classe dos filiados e eleitores dos partidos comunistas e socialistas (especialmente entre as duas guerras), em diversos países capitalistas, parecem invalidar a versão econômica da aristocracia operária. Especialmente os operários mais qualificados e mais bem pagos de um lado, os capatazes e os "operários pobres" do outro, parecem repartir-se, entre as duas guerras, *em partes sensivelmente iguais* entre o partido e os sindicatos comunistas, e o partido e os sindicatos socialistas. Se existem variações nacionais, estão longe de ser decisivas.

Isto não quer dizer que a noção de aristocracia operária seja falsa; desde que se refira em sua definição a critérios políticos e ideológicos, diferenças de "status", de práticas efetivas, etc. Por exemplo, um operário altamente qualificado e relativamente bem remunerado, com consciência e prática de classe, não pode ser considerado como pertencente à aristocracia operária. Em contraposição, um "permanente" político ou sindical, com remunerações menos elevadas, mas com "status" e "autoridade" mais ambíguas, pode eventualmente fazer parte daquela. Em suma, a noção de aristocracia operária, que recobre de fato a camada operária que é o "agente da burguesia" no seio da classe operária, atravessa verticalmente os estratos sócio-profissionais da classe operária. Para tomar os termos ao pé da letra: do mesmo modo que, há tempos havia "aristocratas" sem um centavo, pode considerar-se que um simples peão, influenciado pela ideologia burguesa e apresentando um "mimetismo" burguês pode fazer parte da aristocracia operária.

3) Finalmente, pode-se mencionar aqui o problema relativo à questão *das diferenças salariais* no seio da classe operária. Com efeito, inclusive sendo certo que o interesse e a solidariedade efetiva de classe dominam no seio da classe operária, sobretudo agrupada em torno de organizações de classe, nem por isso deixam essas diferenciações salariais de colocar um problema real.

Não correspondem, de fato, a simples dados "econômicos". O *salário* é, segundo Marx, uma forma jurídica de repartição do produto social; portanto, uma forma em cuja

composição intervêm diretamente elementos políticos. Os "salários" *correspondem*, em seu conjunto numa sociedade, e do ponto de vista de uma análise abstrata, aos custos de reprodução da força-trabalho; mas a "força-trabalho" está considerada aqui de maneira "geral" e "abstrata". Não se tira disto, em absoluto, que toda diferenciação *concreta* do nível dos salários no seio da classe operária tenha de corresponder a necessidades "técnicas", ou seja, ao fato de que a reprodução da força-trabalho de um grupo de operários relativamente mais bem pagos tenha de custar forçosamente mais — na quantia da diferença dos salários — que a de um grupo de operários de salário menor. De fato, todas as análises históricas e econômicas tendem a demonstrar que estas diferenciações salariais refletem, numa medida importante, coordenadas políticas: especialmente uma política da burguesia com fins de divisão da classe operária.

Isto não quer dizer de modo algum, naturalmente, que tal política burguesa logre efetivamente criar diferenciações políticas no seio da classe operária, e que tenha que se considerar os operários "mais bem pagos" como suspeitos. Mas isto demonstra, em contraposição, a inanidade de certa política sindical de defesa a todo custo da "hierarquia dos salários", política defendida com o pretexto de que as diferenciações salariais são simples "necessidades econômicas" devidas, de maneira exaustiva, a diferenças reais nos custos de reprodução da força-trabalho. Seria tanto como considerar o salário, forma jurídica, como um dado exclusivamente econômico, e até "técnico", e o que é mais: ser-lhe-ia atribuído "quase" um papel análogo às relações de produção. De certa política de defesa a todo custo da hierarquia dos salários ao mito da "classe salarial" não há mais que um passo.

2. A necessidade de referência aos critérios políticos e ideológicos na determinação de classe é particularmente definida no que concerne à *pequena burguesia*.

Com efeito, existe uma *classe* pequeno-burguesa? Que conjuntos(?) fazem parte dela?

São em geral considerados como fazendo parte da pequena burguesia, dois grandes conjuntos de agentes, os quais, entretanto, ocupam posições totalmente distintas na produção:

a) A pequena burguesia "tradicional" que tende a ir diminuindo: a pequena produção e o pequeno comércio (a pequena propriedade). Trata-se das formas de artesanato e de pequenas empresas familiares, nas quais o mesmo agente é de uma só vez proprietário dos meios de produção e de trabalho, e trabalhador direto. Não se encontra aqui exploração econômica, propriamente falando, na medida em que estas formas de produção não empregam, ou então só o fazem muito ocasionalmente, operários assalariados. O trabalho é feito essencialmente pelo proprietário real ou membros de sua família, que não têm retribuição em forma de salário. Esta pequena produção obtém lucro na venda de suas mercadorias e pela participação na redistribuição total da mais-valia; mas não arrebatada diretamente sobretrabalho.

b) A "nova" pequena burguesia, que tende a aumentar sob o capitalismo monopolista: *a dos trabalhadores assalariados não produtivos*, que já se mencionou, e à qual convém agregar os funcionários do Estado e de seus diversos aparatos. Estes trabalhadores não produzem mais-valia. Vendem eles também sua força de trabalho; seu salário está determinado, ele também, pelo preço de reprodução de sua força-trabalho, mas sua exploração se faz pela extorsão direta do sobretrabalho, e não pela produção de mais-valia.

Agora bem, estes dois grandes conjuntos ocupam na produção posições diferentes, que não têm nada em comum. Podem ser considerados como constituindo uma classe, a "pequena burguesia"?

Podem ser dadas aqui duas respostas:

a) A primeira inclui precisamente critérios políticos e ideológicos. Pode-se, com efeito, considerar que essas posições diferentes na produção e na esfera econômica têm, entretanto, ao nível político e ideológico, *os mesmos efeitos*. De um lado, a "pequena propriedade", do outro lado alguns assalariados que não vivem sua exploração senão sob a forma do "salário" e da "competição" longe da produção, apresentariam, por estas razões econômicas não obstante distintas, as mesmas características políticas e ideológicas: "individualismo" pequeno-burguês, inclinação ao "statu-quo" e temor à revolução, mito da "promoção social", e aspiração ao status burguês, crença no "Estado neutro" acima das classes, instabilidade política e tendências a apoiar "Esta-

dos fortes" e bonapartismos, formas de rebelião do tipo "jacquerie pequeno-burguesa".

Estas características ideológico-políticas *comuns* bastariam, se tal fosse o caso, para considerar que estes dois conjuntos, que ocupam posições diferentes, na economia, constituem uma classe, relativamente unificada, a pequena burguesia.

Além disso, ainda neste caso, nada impediria de distinguir "frações" de uma mesma classe. Com efeito, como veremos a propósito da burguesia, o marxismo estabelece igualmente distinções *entre frações* de uma classe. Estas se distinguem das simples camadas porque refletem diferenciações econômicas importantes, e podem inclusive se revestir, enquanto frações, de um papel de *forças sociais*, importante e relativamente distinto do das outras frações da classe de que dependem. Poder-se-ia assim estabelecer eventualmente que a fração pequeno-burguesa dos assalariados não produtivos está mais próxima da classe operária do que a pequena-burguesia tradicional. Poder-se-ia igualmente, na medida em que se trata de frações, fazer intervir o elemento da *conjuntura*: uma ou outra fração estaria mais ou menos próxima da classe operária segundo a conjuntura (aqui é onde interviria especialmente o fator natural de "proletarização" do artesanato, etc.). Nada impediria, ademais, de fazer igualmente intervir aqui diferenciações entre camadas pequeno-burguesas, referindo-se mais particularmente às divergências ideológico-políticas, acima da posição ideológico-política fundamentalmente comum ao conjunto da pequena burguesia.

Mas, nesta solução, não se poderia esquecer que se trata sempre, e apesar de tudo, de uma mesma classe: a pequena burguesia. E que deveríamos tratar essas frações e camadas na questão das alianças ou da previsão de seu comportamento (especialmente sua instabilidade). Feito isto, a solução "a)" (que acabamos de expor) seria, aparentemente, a mais correta.

b) Segunda solução, sob duas formas:

b1) Reservar o termo pequena burguesia para a pequena burguesia tradicional, e falar a propósito dos assalariados não produtivos de uma nova classe social. Isto coloca, não obstante, problemas teóricos e reais difíceis: a menos que se considere que o modo de produção capitalista

está superado e que nos encontramos numa sociedade "pós-industrial" ou "tecnocrática" qualquer, que produziria essa nova classe, como suster que o próprio capitalismo, em seu desenvolvimento, produza uma nova classe? O que é possível para os ideólogos da "classe diretorial" ou da "tecnocultura" é *inconcebível* para a teoria marxista.

b2) Classificar, a exemplo do PC, a esses assalariados não produtivos, não na pequena burguesia, mas sim nas "camadas intermediárias". O que é igualmente falso, como já se viu, e por uma razão adicional: se bem que o marxismo fale de *camadas*, de *frações* e de *categorias*, a fim de designar conjuntos particulares, nem por isso essas camadas, frações e categorias deixam de *continuar possuindo uma adscrição de classe*. A aristocracia operária é, com efeito, uma camada específica, mas uma camada da classe operária. A burguesia comercial é uma *fração*, mas uma fração da classe burguesa. Os "intelectuais" ou a "burocracia" são com efeito, e voltaremos a isto, *categorias sociais* particulares, mas que *tem uma adscrição de classe* burguesa ou pequeno-burguesa.

Isto é, ademais, entre outras coisas, o que distingue o marxismo das diversas concepções norte-americanas da "estratificação" social.

Enquanto estas últimas definem, de maneira fantástica, diversos grupos sociais diluindo e fazendo desaparecer as classes sociais, o marxismo introduz de maneira rigorosa diferenciações *no seio da divisão em classes*. As frações, as camadas e as categorias não estão "fora" ou "à margem" das classes sociais; fazem parte das classes. A referência dos critérios políticos e ideológicos é igualmente importante para a determinação das frações da burguesia.

Com efeito, a burguesia se apresenta constitutivamente dividida em frações de classe. Agora bem, algumas dessas frações são já localizáveis ao nível econômico da constituição e da reprodução do capital: burguesia industrial, comercial e financeira, grande capital e capital médio no estágio do capitalismo monopolista (imperialismo).

Mas, no estágio imperialista precisamente, surge uma distinção que não é perceptível apenas ao nível econômico: a existente entre "burguesia entreguista" e "burguesia nacional".

Entende-se por burguesia entreguista a fração da burguesia cujos interesses estão constitutivamente ligados ao capital imperialista estrangeiro, o da principal potência imperialista estrangeira, e que se acha assim inteiramente enfeudada, do ponto de vista político-ideológico, ao capital estrangeiro. Por burguesia nacional, entende-se a fração da burguesia cujos interesses estão vinculados ao desenvolvimento econômico nacional, e que entram em contradição relativa com os interesses do grande capital estrangeiro. É sabido que esta distinção, ainda no caso de que apenas valha para alguns países colonizados, é importante. Com efeito, seguindo as etapas, existe a possibilidade de formas de aliança entre a classe operária e a burguesia nacional contra o imperialismo estrangeiro e em favor da independência nacional (esse foi especialmente o caso da China sob MAO).

Agora bem, esta distinção entre "burguesia entreguista" e "burguesia nacional" não reflete inteiramente posições econômicas; por causa da interpenetração pronunciada dos capitais sob o imperialismo, a distinção entre capitais vinculados ao imperialismo estrangeiro e capitais nacionais se torna muito imprecisa e muito discutível. Por outro lado, esta distinção não coincide com a existente entre grande capital e capital médio: podem existir grandes monopólios nacionais de interesses relativamente contraditórios com os dos monopólios estrangeiros, assim como podem existir empresas médias enfeudadas, por múltiplos sub-convênios, ao capital estrangeiro. De fato, entende-se por burguesia nacional, a fração da burguesia que, excluindo a questão de seus interesses "nacionais", está por acréscimo disposta, praticamente, do ponto de vista ideológico e político, a opor-se, e se opõe efetivamente, à submissão de um país ao imperialismo estrangeiro.

Mas é evidente que na atualidade não se pode falar, tratando-se dos países capitalistas desenvolvidos, de uma burguesia nacional, ou seja, praticamente oposta ao capitalismo norte-americano, e isto, por causa da interpenetração internacional crescente dos capitais do predomínio maciço do capital norte-americano e da decadência política e ideológica da classe burguesa. Parece especialmente mais que duvidoso que a política degaullista de "independência na-

cional", muito mais fictícia, tenha correspondido a qualquer "burguesia nacional francesa. Tratou-se muito mais de uma divergência totalmente de conjuntura entre capitais norte-americanos e franceses, de problemas internos de descolonização e de neo-colonialismo, e de uma política plebiscitária à procura de um apoio nas massas populares.

AS CATEGORIAS SOCIAIS

1. Mas, excluindo as frações e amostras de classe, o marxismo distingue igualmente categorias sociais. O traço distintivo das categorias sociais em relação às frações e às camadas é o seguinte: enquanto os critérios políticos e ideológicos intervêm de maneira mais ou menos importante na determinação das últimas, os ditos critérios determinam sempre o papel dominante na determinação das categorias sociais. Chama-se, com efeito, de categorias sociais conjuntas de agentes, cujo papel social principal consiste no funcionamento dos aparatos de Estado e da ideologia.

Tal é o caso, por exemplo, da "burocracia" administrativa, de que fazem parte grupos de funcionários do Estado. Tal é igualmente o caso do grupo que se designa comumente com o termo "intelectuais", e que tem como papel social principal o funcionamento da ideologia.

Mas temos que repetir aqui a observação precedente. As categorias sociais têm elas mesmas uma adscrição de classe: estas categorias não são grupos "à margem" ou "fora" das classes, como tampouco são, como tal, classes sociais.

De fato, as categorias sociais não têm uma adscrição de classe única, mas seus membros pertencem em geral a classes sociais diversas. Assim, os "cumes", o "alto" pessoal da burocracia administrativa, pertence em geral por seu modo de vida, por seu papel político, etc., à burguesia; os membros intermediários e a base da burocracia pertencem em geral à pequena burguesia. Igual é o caso dos "intelectuais", cujos membros podem também pertencer tanto à burguesia, como à pequena burguesia.

Estas categorias sociais têm, pois, uma adscrição de classe e não constituem, em si mesmas, classes; não desempenham um papel próprio e específico na produção. Havia que assinalá-lo, já que numerosos sociólogos e cientistas políticos consideraram estas categorias sociais como classes

efetivas; tal é o caso da "burocracia" que foi considerada a miúdo como uma classe. Observemos a tal respeito, que o próprio TROTSKY, que atribuiu à burocracia soviética um papel importante na explicação da evolução da URSS, jamais considerou, sem embargo, que a burocracia tivesse constituído uma classe. Além disso, numerosos sociólogos atuais, entre eles MARCUSE e TOURAINE, consideraram que os "intelectuais" constituem uma classe distinta, e isto, fundando-se em geral sobre estranhos raciocínios a propósito do papel da "ciência como força produtiva", e dos intelectuais como "portadores da ciência". A função ideológica destas concepções é clara: vão acompanhadas inevitavelmente, ou da negação do papel da luta de classes (burguesia, proletariado) como motor principal do processo histórico (concepção da burocracia como classe), ou da negação do papel fundamental de vanguarda da classe operária. Este é o caso da concepção dos intelectuais como classe, intelectuais aos quais mais adiante haveria de corresponder o papel de vanguarda.

Mas se as categorias sociais não são classes, e se têm uma adscrição de classe, por que tratar de distingui-las? É que as categorias sociais, por causa de sua relação com os aparatos de Estado e com a ideologia, podem apresentar a miúdo uma unidade própria, em que pese pertencerem a classes diversas. E, além do mais, podem apresentar, em seu funcionamento político, uma autonomia relativa com respeito às classes a que seus membros pertencem. Assim, quanto à burocracia administrativa, por causa da hierarquia interna por delegação de autoridade que caracteriza os aparatos de Estado, do "status" particular atribuído aos "funcionários", da ideologia interna própria que circula mesmo no seio dos aparatos de Estado (o "Estado neutro" e "árbitro" acima das classes, a "serviço da nação" e do "interesse geral", etc), a burocracia pode apresentar, em conjunturas determinadas, uma unidade própria que solda de certa forma uns aos outros seus membros burgueses e pequeno-burgueses. A burocracia pode assim, em seu conjunto, servir a interesses diferentes dos interesses das classes a que seus membros pertencem, segundo as relações do poder de Estado. Por exemplo na Inglaterra — MARX havia frisado isso — "os cumes" da burocracia pertenciam à aristocracia, enquanto o conjunto da burocracia servia aos interesses da burguesia. Estes "cumes" podem além

disso, pertencer à burguesia média, enquanto o conjunto da burocracia está colocado a serviço dos grandes monopólios. Enfim, os membros pequeno-burgueses da burocracia servem frequentemente a interesses de "estado" que, sem embargo, se opõem a interesses da pequena burguesia.

Tudo isto tem por resultado, reconhecido por LENIN, que estas categorias sociais podem às vezes funcionar como efetivas forças sociais; ou seja, desempenhar um papel político próprio e importante numa determinada conjuntura; papel que não é, pois, redutível ao fato de ir simplesmente "atrás" das classes sociais a que seus membros pertencem, da burguesia e do proletariado. Pensemos, por exemplo, no comportamento político do "conjunto" da burocracia nos casos do bonapartismo e do fascismo.

2. Estas observações são importantes, já que terminam em duas consequências, relativas à questão das alianças da classe operária:

1) Na aliança, indispensável para a classe operária, com os "intelectuais" e as camadas intermediárias e subalternas dos "funcionários", estes devem ser considerados de maneira específica. Apresentam amiúde interesses particulares que não se reduzem, por exemplo, aos interesses gerais da "pequena burguesia" a que pertencem. Limitemonos a citar como exemplo a importância que toma para os "intelectuais" a garantia do fator da liberdade da produção intelectual, científica e artística, da liberdade de expressão e de circulação da informação, etc.

2) Mas, em contraposição, a relação das categorias sociais com as classes sociais jamais deve perder-se de vista.

De um lado, por causa da adscrição de classe das categorias sociais. Com efeito, é coisa clara que, em que pese sua unidade interna, manifestam-se divisões e contradições no seio das categorias sociais, que frequentemente refletem adscrições de classe diferentes de seus membros; divisões que tomam a forma, no aparato administrativo, de contradições entre "escalões superiores" (burgueses) e "escalões inferiores" (pequeno-burgueses) divisões que se devem igualmente, no caso dos "intelectuais" especialmente, às ideologias diferentes que estes elaboram e transmitem. Recordemos simplesmente as contradições que se manifes-

taram de maneira aguda, ultimamente, na França, no seio do corpo docente.

Por outro lado, não se deve esquecer, com relação a estas alianças, que os membros do aparato de Estado ou os intelectuais que "caem" do lado da classe operária, continuam sendo não obstante, em sua massa, e do ponto de vista de sua adscrição de classe, pequenos burgueses. Indubitavelmente, isto não pode conduzir a um sectarismo: não são raros os casos de "intelectuais" que tomam, política e ideologicamente, o partido das classes operárias, que militam ativamente em suas organizações de classe, e para os quais o critério de adscrição de classe se desvanece e chega até a desaparecer. Há casos conhecidos: MARX, ENGELS e LENIN eram filhos de burgueses. Mas este problema é diferente; depende da questão de organização da classe operária. Resta o fato de que, na aliança com os "intelectuais", estes continuam sendo, em sua massa, pequenos burgueses, e sua transformação coloca, nem mais nem menos, o problema da "revolução cultural". Agora bem, enquanto pequenos burgueses, apresentam a miúdo as características fundamentais da pequena burguesia: instabilidade política, extremismo de esquerda, emparelhado com um oportunismo de direita, etc.

Conviria, pois, evitar aqui dois extremos, igualmente falsos e perigosos:

a) Super-estimar, a propósito das categorias sociais, a questão de sua adscrição de classe; o que conduz a relegar às trevas exteriores, de uma vez para sempre, a um "intelectual filho de burguês" ou "pequeno burguês" sem atentar para a importância que tomam sua conduta prática e suas opiniões políticas e ideológicas.

b) Subestimar a questão da adscrição de classe, tratando as categorias sociais como unidades indiferenciadas, "à margem" e "fora" das classes.

Porque, ademais, pode-se cair, *ao mesmo tempo*, em duas direções falsas. É possível comprová-lo nas posições atuais do PC e da CGT franceses, e até na direção atual do SNE.SUP.

a) Com respeito à questão da super-estimação da adscrição de classe dos "intelectuais", basta recordar as

posições "estudantes-filhos de burgueses-esquerdistas-Marcellin".

b) Mas mais interessante é a questão da subestimação da adscrição de classe das categorias sociais.

1) As categorias sociais se tratam (em que pesem precauções verbais) como entidades unificadas, à margem e fora das classes, passando por cima dos enclaves de classe que nelas se manifestam. É o que ocorre, a propósito do corpo administrativo do Estado, ao qual se fazem "chamamentos" (chamadas?) que vão dos "cumes" tecnocráticos aos escalões subalternos. Como se esta categoria social estivesse, com exceção dos representantes diretos do grande capital (POMPIDOU = banqueiro), unificada, com a ressalva de mencionar simplesmente a "ideologia tecnocrática" do alto pessoal e mantendo-se discrição quanto à sua adscrição de classe burguesa. Posição ainda mais definida no que concerne ao corpo docente que, ao que se supõe, vai oferecer, dos professores titulares aos ajudantes por contrato, uma unidade irredutível e que são englobados sob a denominação geral de "intelectuais", constituindo-se por isso mesmo num aliado possível da classe operária.

2) As categorias sociais estão incluídas também nas famosas camadas intermediárias, com o que tornam a aplicar-se as observações feitas mais acima. Assim, os "intelectuais", enquanto categoria incluída nas "camadas intermediárias", deveriam estar, como casos últimos, à margem ou fora das classes. O problema colocado por sua adscrição, em sua massa, à pequena burguesia se escamoteia. O que termina numa chamada, totalmente demagógica, a uma ampla aliança entre classe operária e intelectual, sem discriminação; com a ressalva que, à menor divergência entre os intelectuais que tomam o partido da classe operária e a direção do PC, lhes seja automaticamente aplicado o termo "pequenos burgueses" como prova irrefutável da raiz dessas divergências.

3) Dito isto, a questão da aliança classe operária/intelectuais, se coloca atualmente, nas sociedades capitalistas avançadas, de forma particularmente aguda. Isto por causa da extensão considerável desta categoria entendida num sentido amplo, mas sobretudo por causa da crise ideológica, que precede ou acompanha a crise política das burguesias

imperialistas: são cada vez mais numerosos os "intelectuais" que se desprendem da influência da ideologia burguesa, e são deste modo suscetíveis de serem ganhos pela causa da classe operária. Ademais, parece provável que a forma de aliança tradicional "classe operária/intelectuais", fundada exclusivamente sobre a adscrição de classe dos "intelectuais" e reduzida à aliança "classe operária-pequena burguesa", e que passava por cima, pois, da questão dos intelectuais como categoria social, não basta ser para resolver o problema.

Foram propostas soluções diferentes, que vão da concepção do "bloco histórico" de GARAUDY, que utiliza análises de GRAMSCI, às recentes "teses" publicadas pelo grupo italiano do Manifesto.

Estas soluções apresentam pontos comuns, e colocam igualmente uma série de problemas comuns:

a) Em geral (mas este é igualmente o caso atual do PC), estas soluções consideram que a aliança da classe operária-intelectual em sentido amplo, é prioritária em relação à aliança tradicional classe-operária-campesinato pobre e médio. Indubitavelmente, os dois objetivos não são exclusivos mas parece tratar-se, de certo modo, de uma readaptação de antigo esquema da III Internacional: frente única operária (no seio da classe operária) primeiro, e, sobre sua base, frente popular (aliança da classe operária com as outras classes). Enquanto que, aqui, a aliança do "bloco" de base é a de operários-intelectuais, a partir da qual se edifica a deste bloco com o campesinato. Posição discutível se elas existem (as alianças), ainda tendo-se em conta o "êxodo rural" e a diminuição numérica do campesinato, e que, além disso, difunde uma série de ideologias dos "intelectuais" como "quase-operários" (ciência = força produtiva). Assinalemos, ainda, que GRAMSCI via no "bloco histórico" a relação fundamental operários-camponeses.

b) O "bloco histórico" operários-intelectuais, e aqui reside a importância do termo bloco histórico, se distinguiria de uma simples aliança. Enquanto a "aliança" implica numa distinção e numa autonomia particular de membros com interesses específicos e organizações próprias, o bloco histórico significa uma vinculação e uma solda orgânica de membros com interesses a longo prazo, idênticos.

Mas, por um lado, nada prova que atualmente a pequena burguesia intelectual veja dissolver-se seus interesses próprios nos da classe operária, não obstante o fato de que aquela é mais suscetível de colocar-se ao lado da classe operária.

Por outro lado, se bem que é certo que esta solução tende a superar a distinção operários-intelectuais reproduzida no seio das organizações de tipo leninista, não é menos certo que é uma solução puramente verbal. O debate, que não é outro senão o das formas de organização das classes operárias, permanece aberto.

5. AS CLASSES DOMINANTES

Enfim, algumas advertências são necessárias, concorrentes desta vez às classes dominantes, notadamente a burguesia. Neste campo igualmente, o marxismo estabelece certas distinções que evitam as análises esquemáticas.

5.1. — O problema importante concerne aqui ao fracionamento em burguesia industrial, comercial e financeira, ao qual se une, sem abolí-lo inteiramente, o fracionamento entre grande e médio capital sob o capitalismo monopolista.

Ora, quando se fala da burguesia como classe dominante, é preciso não esquecer que se trata de fato de uma aliança entre várias frações burguesas dominantes, que participam da dominação política. Além disso, no início do capitalismo, esta aliança no poder, que pode ser designada pelo termo "bloco no poder", comportava freqüentemente outras classes além da burguesia: notadamente a aristocracia fundiária.

Mas a questão importante é que esta aliança de várias classes e frações todas dominantes não pode funcionar regularmente senão sob a direção de uma dessas classes ou frações: é a fração hegemônica que unifica sob sua direção a aliança no poder, garantindo o interesse geral da aliança, e aquela em particular cujos interesses específicos o Estado garante, por excelência.

As contradições internas das frações dominantes, e sua luta interna para ocupar a posição hegemônica, têm com certeza um papel secundário em relação à contradição principal (burguesia-proletariado), mas este papel permanece importante. Com efeito, as diversas formas de Estado e de regime, Marx já o observava no "18 Brumário de Luis

Bonaparte”, são marcadas por mudanças da hegemonia entre as diversas frações burguesas. Além disso, por outro lado, dominação econômica e hegemonia política não se identificam necessariamente e de maneira mecânica. Uma fração da burguesia pode ter o papel dominante na economia sem ter, entretanto, a hegemonia política: este foi notadamente, por longo tempo, o caso do grande capital monopolista, dominando na economia, enquanto a hegemonia política pertencia a tal ou tal fração do capital médio. Vê-se a importância dessas observações no exame do de-gaullismo por exemplo.

O que seria preciso sublinhar fortemente é que a aliança no poder entre classes e frações dominantes sob a direção de uma fração hegemônica, a cujos interesses corresponde mais particularmente o aparato do Estado, é uma coordenada permanente da forma de dominação burguesa. Falar, notadamente, da fração hegemônica não deve fazer esquecer que ela não é a única força dominante, mas apenas a força hegemônica de um conjunto de frações igualmente dominantes. Quando Marx, por exemplo, designava como fração hegemônica sob Luis Bonaparte, a burguesia industrial, ele assinalava no entanto que a dominação política compreendia igualmente as outras frações da burguesia.

Tal é igualmente o caso, nas sociedades capitalistas atuais, da relação especialmente entre grande e médio capital. Nessas sociedades é contudo o grande capital que é a fração hegemônica: mas isto não quer dizer que o médio capital está excluído do poder político. Ele participa dele como fração dominante, sob a hegemonia do grande capital. As contradições entre grande e médio capital são apenas a forma atual das contradições entre frações burguesas dominantes.

Era necessário sublinhar este elemento, por causa de certas análises atuais concernentes ao “capitalismo monopolista de Estado” e à “aliança anti-monopolista”. Com efeito, estas análises, falando quase somente da fração hegemônica, o grande capital, fazem silêncio em torno das outras frações burguesas dominantes. Não se distinguindo entre fração hegemônica e frações dominantes chega-se a isto: considera-se de certo modo, que o lugar de dominação política é ocupado unicamente pelo grande capital, e que as outras frações burguesas ficam excluídas desse papel.

A questão é importante, e vê-se bem as conseqüências políticas resultantes: a preconização de uma ampla “aliança antimonopolista”, estendendo-se ao médio capital e a seus representantes políticos então chamados de “burguesia liberal”, “democratas sinceros”, etc... para a retirada do poder das “duzentas famílias”, consideradas como a única fração dominante. Por este fato, as alianças estratégicas — questão distinta dos compromissos táticos — da classe operária se estenderiam até as frações burguesas dominantes, o capital médio. Sabe-se que é este — a grosso modo — o caminho preconizado pelos PC ocidentais para a “democracia avançada”.

É claro que as coisas não são em geral apresentadas de forma tão brutal: nem por isso elas são menos claras como pode ser constatado no *Manual de Economia Marxista* a que se referiu. Com efeito, sempre que se fala de dominação política, menciona-se apenas os grandes monopólios. Em revanche, todas as vezes que se fala de um outro “capital” diferente do “grande capital”, trata-se principalmente do “pequeno capital”, cuja aliança é procurada. Ora, é preciso um acordo na questão dos termos. Se se entende por “pequeno capital” a pequena burguesia artesanal, manufatureira e comercial, a procura dessa aliança é justa, porque, com efeito, este “pequeno capital”, a pequena burguesia, não pertence ao simples capital, ou seja, às frações da burguesia. Mas o emprego do termo “pequeno capital” toma aqui uma outra função: falando-se apenas de “grandes monopólios” e de “pequeno capital” escamoteando-se o “capital médio”, dá-se a entender que tudo que não pertencesse aos “grandes monopólios”, única fração dominante, faria parte automaticamente do “pequeno capital” suscetível de aliança com a classe operária, incluindo-se assim no pequeno capital, o capital médio. Além disso, nas raras vezes em que este manual fala do capital médio, é para situá-lo expressamente ao lado do pequeno, na sua contradição supostamente comum ao “grande capital”.

5.2 — Ora, a localização precisa da fração hegemônica do bloco no poder coloca problemas difíceis: ainda mais que a classe ou fração hegemônica pode se distinguir da classe ou fração reinante.

Com efeito, entende-se por classe ou fração reinante aquela da qual se recruta o “alto” pessoal do aparato do

Estado, o "pessoal político" em sentido amplo. Ora, esta classe ou fração pode se distinguir da classe ou fração hegemônica. Marx nos fornece um primeiro exemplo no caso da Grã-Bretanha do final do último século: enquanto é a burguesia financeira — os bancos — que constitui a fração hegemônica de classe, o "alto" pessoal da administração, do exército, e da diplomacia, etc..., é recrutado no seio da aristocracia, que ocupa assim o lugar da classe reinante. O caso pode igualmente se apresentar com a hegemonia do grande capital monopolista: freqüentemente, neste caso, o "alto" pessoal do Estado continua a ser recrutado no seio do capital médio, da média burguesia. Acontece mesmo, nestes casos excepcionais, que o pessoal político seja recrutado no seio de uma classe que nem faz parte do bloco no poder: este foi notadamente o caso para o fascismo, onde sob a hegemonia do grande capital, foi a pequena burguesia, classe reinante, que forneceu, por via indireta do partido fascista, os funcionários superiores do aparato do Estado.

Esta distinção entre classe ou fração hegemônica de um lado, e classe ou fração reinante do outro lado, que conduz finalmente à estratégia de alianças e de compromissos necessária ao estabelecimento da hegemonia, é importante. Se somos indiferentes a ela, chegamos a dois resultados:

5.2.1 — A não poder descobrir, sob as aparências do cenário político, a verdadeira hegemonia, concluindo, sem mais, que a classe que ocupa os "cumes" do pessoal estatal é a classe ou fração hegemônica. Assim, por exemplo, no caso mencionado do fascismo, vários autores e homens políticos social-democratas foram levados a considerar o fascismo como a "ditadura da pequena burguesia": obscurecidos pela posição de classe reinante ocupada pela pequena burguesia, eles identificaram essa posição com aquela da hegemonia real detida pelo grande capital. Mas, nas outras formas do Estado igualmente, a posição de fração reinante ocupada pela média burguesia mascarou muitas vezes o fato de que este reinado encobria a hegemonia política do grande capital (caso patente, o New Deal sob Roosevelt nos USA).

5.2.2 — A querer descobrir a todo preço a hegemonia política no fato de que a fração hegemônica, ela mesma,

deveria automaticamente fornecer, de seu seio, os "cumes" do aparato do Estado. Esta tendência pode ser encontrada atualmente nas formulações a propósito do "capitalismo monopolista do Estado", que se supõe representar "a fusão do Estado e dos monopólios num mecanismo único". As provas científicas acrescentadas, são relações ocultas de parentesco, de passado, etc..., entre os grandes monopólios e os "cumes" do aparato de Estado e do pessoal político. O argumento típico deste silogismo é: "POMPIDOU = banqueiro de ROTHSCHILD".

Ora, não há dúvida que uma certa tendência se afirma atualmente no sentido da ocupação dos "cumes" do aparato pelos próprios membros dos grandes monopólios. Mas esta tendência está longe de ser generalizável ou mesmo predominante: basta mencionar a hegemonia política dos grandes monopólios que, muitas vezes, se realiza atualmente sob governos social-democratas (Áustria, Alemanha, Suécia, Grã-Bretanha sob Wilson), ou seja, sob um pessoal proveniente largamente da média e mesmo da pequena burguesia, para não falar da aristocracia operária. Além do mais, sabe-se que, mesmo na França, em razão da constituição particular da burocracia e dos "corpos" de Estado, e dos compromissos do tipo "jacobino", entre burguesia e pequena burguesia, os cumes do aparato de Estado estão ainda largamente ocupados por membros originários da média e mesmo da pequena burguesia.

Mas o que é importante é que este fato, que é inútil negar, não impede o estabelecimento da hegemonia política do grande capital: com efeito, negar este fato, considerando que a hegemonia política não pode senão identificar-se na posição de fração ou classe reinante, seria expor-se a críticas tão justificadas quanto inúteis. De fato, a correspondência entre os interesses da fração hegemônica, os grandes monopolistas neste caso, e da política do Estado, não está fundada sobre uma questão de vínculos pessoais: depende, fundamentalmente, de uma série de coordenadas objetivas, concernentes ao conjunto da organização da economia e da sociedade sob o domínio dos grandes monopólios, e ao papel objetivo do Estado a este respeito. O Estado não constitui um simples "instrumento" que a fração hegemônica não poderia adaptar a seus interesses a não ser que o possuísse, no sentido físico, "pessoalmente" em

mãos. É por causa de suas funções objetivas com respeito ao sistema social no seu conjunto, que o Estado não pode, numa sociedade organizada sob o domínio dos monopólios, senão servir, finalmente, a seus interesses. Além disso, o problema da diferenciação eventual entre classe ou fração reinante, e classe ou fração hegemônica, se confunde aqui com a questão já mencionada a propósito das categorias sociais, como a burocracia administrativa: a de sua autonomia relativa com respeito às classes e frações às quais seus membros pertencem. Por causa do papel objetivo do Estado, estas categorias servem também aos interesses hegemônicos, muitas vezes em contradição com os interesses de sua classe ou fração.

Isto não quer dizer, naturalmente, que o fato de que o alto pessoal do Estado pertença a esta ou aquela fração ou classe seja indiferente. É claro, por exemplo, que a interpenetração atual crescente entre os membros e agentes diretos dos monopólios e o pessoal do Estado tem suas razões: facilita o embargo do Estado pelos monopólios. Mas é preciso ver que esta questão não é a mais importante. Assim, por exemplo, um "governo popular" não saberia se limitar a simples modificações no alto pessoal estatal, acreditando com isso que as simples boas intenções políticas são suficientes para mudar as coisas: trata-se de transformar as próprias estruturas do Estado, e as da sociedade. Por outro lado, é claro também que as transformações não podem ser bem conduzidas deixando o aparato e o pessoal estatal intatos: é sabido que transformações estruturais que se chocam com as reações do pessoal estatal podem ser absolutamente inoperantes. Pode-se dar conta da importância da questão lendo-se os textos de LENIN referentes ao emprego dos "especialistas burgueses" no aparato do Estado operário.

5.2.3 — Finalmente, algumas observações concernentes à forma das contradições entre classes e frações dominantes, hegemônicas, reinantes no seio do aparato de Estado. Serão simples observações indicativas, porque não cabe entrar aqui, neste texto sobre as classes sociais, num exame do problema do Estado.

Com efeito, o que seria preciso levar em consideração, é que o Estado é composto de vários aparatos: em linhas gerais, o aparato repressivo e os aparatos ideológicos, tendo

o aparato repressivo a repressão como papel principal, e os aparatos ideológicos a elaboração e inculcação ideológica como função.

Citemos, entre os aparatos ideológicos, as igrejas, o sistema escolar, os partidos políticos burgueses e pequeno-burgueses, a imprensa, o rádio, a televisão, as editoras, etc. Estes aparatos pertencem ao sistema estatal em razão de sua função objetiva de elaboração e inculcação ideológica, independentemente do fato de que, do ponto de vista jurídico-formal, sejam estatais-públicos — ou mantenham um caráter privado.

O aparato repressivo compreende ele mesmo vários ramos especializados: o exército, a polícia, a administração, a magistratura, etc.

Ora, já se havia constatado que o terreno da dominação política não está ocupado somente pela classe ou fração hegemônica, mas por um conjunto de classes ou frações dominantes. Daí mesmo, as relações contraditórias entre estas classes e frações se exprimem, como relações de poder, no seio dos aparatos e de seus ramos. Isto quer dizer que os aparatos e ramos não cristalizam, todos, o poder da classe ou fração hegemônica, mas podem exprimir o poder e os interesses de outras classes ou frações dominantes. É neste sentido que se pode falar de uma autonomia relativa dos diversos aparatos e ramos entre eles, no seio do sistema estatal, e de uma autonomia relativa do conjunto do Estado em relação à classe ou fração hegemônica.

Tomemos alguns exemplos: no caso de uma aliança ou de um compromisso burguesia-aristocracia fundiária nos começos do capitalismo, a administração burocrática central constituiu a sede do poder da burguesia, enquanto que a igreja (igreja católica em particular) continuou sendo a sede do poder da aristocracia fundiária. Desajustes semelhantes podem aparecer também entre os próprios ramos do aparato repressivo: na Alemanha, por exemplo, entre as duas guerras e antes do aparecimento do nazismo, o exército era a sede do poder dos grandes proprietários de terras, a magistratura, a sede do poder do grande capital, enquanto a administração era dividida entre o grande e o médio capital. No caso da transição para a hegemonia do grande capital, muitas vezes a administração e o exército é que constituíram sua sede de poder (o complexo militar-industrial),

enquanto o parlamento continuava sendo a sede de poder do médio capital: além disso, aí está uma das razões do declínio do parlamento sob o capitalismo monopolista.

Mais ainda: no que concerne em particular aos aparatos ideológicos, que possuem, por sua função, uma autonomia maior que a do aparato repressivo, comprova-se que podem às vezes constituir sedes de poder de classes que nem fazem parte das classes dominantes. É o que acontece às vezes com a pequena burguesia, em razão de suas alianças e compromissos passados com o bloco dominante: na França especialmente, onde estes compromissos têm, por razões históricas, uma grande importância, o sistema escolar constituiu por longo tempo um aparato de Estado "cedido" de certa forma à pequena burguesia. Pequena burguesia que esteve assim, por muito tempo, erigida em classe-apoio do sistema.

Mas isto não quer dizer que o Estado capitalista seja um conjunto de peças soltas, exprimindo uma "repartição" do poder político entre diversas classes e frações. Bem ao contrário, o Estado capitalista exprime sempre, acima das contradições no seio de seus aparatos, uma unidade interna própria, que é uma unidade de poder de classe: o da classe ou fração hegemônica. Mas isto se faz de maneira complexa. O funcionamento do sistema estatal é assegurado, com efeito, pela dominância de certos aparatos ou ramos sobre os outros: e o ramo ou aparato que domina é, em regra geral, aquele que constitui a sede do poder da classe ou fração hegemônica. Isto faz com que, no caso de uma modificação de hegemonia, ocorram modificações e deslocamentos de dominância de certos aparatos e ramos para outros: estes deslocamentos determinam também as mudanças das formas de Estado e das formas de regime.

Vê-se pois que toda análise concreta de uma situação concreta deve levar em consideração de uma só vez as relações de luta de classe, e as relações reais de poder no seio dos aparatos de Estado, relações reais, que estão em geral escondidas sob as aparências institucionais formais. Além do mais, a análise precisa das relações de poder no seio dos aparatos pode ajudar-nos a localizar, de maneira exata, a fração hegemônica: constatando, por exemplo, a dominância de um aparato ou de um ramo sobre os outros, constatando igualmente os interesses espe-

cíficos a que ele serve de maneira predominante, pode-se tirar conclusões sobre a fração hegemônica. Mas trata-se sempre aqui de um método dialético: com efeito, por um outro lado, localizando, no conjunto das relações de uma sociedade, a fração hegemônica e suas relações privilegiadas com um aparato ou um ramo, pode-se obter respostas quanto à questão de saber qual é o aparato dominante no Estado, ou seja, o aparato através do qual a fração hegemônica detém as alavancas reais de comando do Estado.

Mas é igualmente claro que, na relação complexa luta de classes-aparatos, é a luta de classes que tem o papel principal. Não são as modificações "institucionais" que têm por consequência os "movimentos sociais" como acredita toda uma série de sociólogos "institucionalistas"; é a luta de classes que determina as modificações dos aparatos.

Concluamos enfim estas breves notas por uma observação conhecida, mas que não se repete jamais o bastante: o que distingue o marxismo, como ciência, das outras ideologias da sociedade, não é o simples fato de que o marxismo fala de classes sociais; quase todo mundo faz isso, e MARX observava que já se havia falado de classes sociais antes dele. O que distingue o marxismo é a importância que ele atribui à "luta" de classes como motor da história. Mas a luta de classes é um elemento histórico e dinâmico. A constituição, e portanto definição, das classes, das frações, das camadas, das categorias, não pode ser feita senão tomando-se em consideração o fator dinâmico da luta de classes: tomando pois em consideração suas consequências eventuais sobre a extinção, a restrição, a polarização, a reconstituição sob nova forma, etc., das divisões sociais. A delimitação das classes não se resume assim jamais a um simples estudo "estático" das estatísticas: depende do processo histórico.

Trad. de
RAIMUNDO HENRIQUE BARBOSA